



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI Nº 675/2016



"Dispõe sobre a prioridade à prevenção da epilepsia e assistência às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba e dá outras providências". **EXARA-SE O PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE, COM A APRESENTAÇÃO DE UMA EMENDA DE REDAÇÃO.**

AUTOR(A): DEP. NABOR WANDERLEY.
RELATOR(A): DEP. CAMILA TOSCANO.

P A R E C E R Nº

744 /2016

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 675/2015**, de autoria do Deputado Nabor Wanderley, o qual "*Dispõe sobre a prioridade à prevenção da epilepsia e assistência às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba e dá outras providências*".

A presente propositura pretende estabelecer que os estabelecimentos das redes de saúde pública e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS fiquem incumbidos em proceder à prevenção da epilepsia e à assistência às pessoas epiléticas neste estado.

A matéria constou no expediente do dia 18 de fevereiro de 2016.

Instrução processual em termos e tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em apreço tem por escopo determinar que os estabelecimentos das redes de saúde pública e privada conveniada ao SUS fiquem incumbidos em proceder, de modo prioritário, à prevenção da epilepsia e à assistência às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba, sem prejuízo da prioridade que se dá a outras patologias previstas em atos normativos.

Esta relatoria reconhece que esta matéria se encontra inserida na competência legislativa concorrente do estado, com base no art. 7º, § 2º, XII, da Constituição Estadual, o qual determina que *“Compete ao Estado legislar privativa e concorrentemente com a União sobre (...) proteção e defesa da saúde”*.

No mais, não viola o art. 63, § 1º, da CE, que trata das matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado, uma vez que visa apenas impor aos estabelecimentos de saúde públicos e privados conveniados com o SUS que dêem prioridade aos pacientes portadores de epilepsia.

Ressalte-se que a epilepsia consiste numa doença cerebral crônica causada por diversas etiologias e marcada pela recorrência de crises epiléticas não provocadas. Essa condição tem consequências neurobiológicas, cognitivas, psicológicas e sociais e prejudica diretamente a qualidade de vida da pessoa afetada.

Diante disso, a epilepsia é tratada com destaque pelo Ministério da Saúde, que publicou em 2010 um Protocolo incluindo a doença no rol de prioridades para a assistência oferecida pelo SUS, além de estabelecer rotina detalhada para sua abordagem.

O mencionado Protocolo possui um capítulo dedicado à epilepsia, inserido por meio da Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde SAS/MS nº 492, de 23 de setembro de 2010, no qual consta que o objetivo do tratamento contra a doença é garantir uma melhor qualidade de vida ao paciente, mantendo o controle das crises com o mínimo de efeitos adversos.

Outros documentos do Ministério da Saúde asseguram também a oferta de cirurgia para a epilepsia na rede de assistência do SUS, como a Portaria SAS nº 589, de 27 de dezembro de 2001.

Sendo assim, este projeto busca apenas reforçar o amparo normativo já existente no âmbito federal dado à pessoa portadora de epilepsia, sem muitos detalhes, para não adentrar na iniciativa privativa do Governador do Estado, chamando atenção para a necessidade de se priorizar, no âmbito do SUS, o atendimento do indivíduo afetado, bem como de se



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



prevenir crises epilépticas. No entanto, apresenta-se uma **EMENDA DE REDAÇÃO** à propositura analisada para melhoria de seu texto e correção de erros gramaticais.

Ante o exposto, esta relatoria opina pela **CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 675/2016, com a apresentação de uma **EMENDA DE REDAÇÃO**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2016.

DEP. CAMILA TOSCANO

Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina pela **CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 675/2016, com a apresentação de uma **EMENDA DE REDAÇÃO**.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2016.

ABSTENÇÃO
DEP. ESTELA BEZERRA
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia 16 / 06 / 16

DEP. BRUNO CUNHA LIMA
Membro

DEP. BRANCO MENDES
Membro

DEP. JEOVÁ CAMPOS
Membro

DEP. OLENKA MARANHÃO
Membro

DEP. MANOEL LUDGÉRIO
Membro

DEP. CAMILA TOSCANO
Membro



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 001/2016 AO PROJETO DE LEI Nº 675/2016



Art. 1º. O art. 1º do **Projeto de Lei nº 675/2016** passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Ficam os estabelecimentos das redes de saúde pública e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, incumbidos em proceder, prioritariamente, à prevenção da epilepsia e à assistência às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba.”

Art. 2º. O parágrafo único do art. 1º do **Projeto de Lei nº 675/2016** passará a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A prioridade prevista no caput deste artigo será compatibilizada com as prioridades estabelecidas em atos normativos direcionadas a pessoas portadoras de outras patologias, quanto ao seu atendimento hospitalar.”

JUSTIFICATIVA

A apresentação desta emenda, com base no art. 118, § 8º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é necessária para aperfeiçoar a redação dos dispositivos apontados, assim como para a correção de erros gramaticais.

Sala das Comissões, em/...../.....

.....
Deputado Estadual